

Proposições que ameaçam direitos territoriais indígenas no Congresso Nacional

PROJETO	AUTOR	EMENTA	SITUAÇÃO
PEC 71/11	SEN. PAULO BAUER (PSDB-SC)	Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.	15/07/2011 - CCJ - Aguardando designação do relator. Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. 14/07/2011 - ATA-PLEN – Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
PEC 415/09	DEP. GERVÁSIO SILVA (PSDB-SC)	Autoriza a permuta de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios por outras áreas de idêntico tamanho, desde que as terras estejam em processo de demarcação litigiosa, não possuam ocupação regular de índios e haja solicitação das comunidades silvícolas envolvidas. Apensada à PEC-215/2000	16/02/2011 - MESA - Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-238/2011 31/01/2011 - MESA - Arquivada nos termos do Artigo 105 22/10/09- CCJC - Recebimento.
PEC 411/09	DEP. ABELARDO LUPION (DEM-PR)	Estabelece a competência do Executivo para iniciativa de lei sobre demarcação de terras indígenas. Apensada à PEC-215/2000	16/02/2011 - MESA - Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-238/2011. 31/01/2011 - MESA - Arquivada 6/10/2009 - CCJC - Recebimento.
PEC 215/00	DEP. ALMIR SÁ (PPR-RR)	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49, modifica o § 4º e acrescenta o § 8º, ambos no art. 231 da CF, incluindo entre as competências exclusivas do CN a aprovação de demarcação homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por Lei. Apensadas as PEC 415/09, PEC 411/09, PEC 291/08, PEC 37/07, PEC 117/07, PEC 161/07, PEC 275/04, PEC 257/04, PEC 319/04, PEC 156/03 e PEC 579/02.	10/11/2011 – CCJC - Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3767/2011, pelo Deputado Lindomar Garçon (PV-RO) 10/11/2011 - CCJC -Apresentação do Voto em Separado n. 1, pelo Deputado Sarney Filho (PV-MA) 09/11/11 CCJC - Apresentação de Requerimento pelo Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Proposta. 15/06/2011 - CCJC - Apresentação do Parecer do Relator n. 5 CCJC, pelo Deputado Osmar Serraglio

			<p>(PMDB-PR) pela admissibilidade desta e demais. 16/02/2011 - MESA - Desarquivada 31/01/2011 - MESA - Arquivada 17/12/2009 – CCJC - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 4 CCJC, pelo Dep. Geraldo Pudim (PR/RJ) pela aprovação da PEC 215 e das apensadas. 17/11/2009 Deferido o REQ 5840/2009, nos termos do art. 142 do RICD. Apensação da PEC n. 161/2007 à PEC n. 215/2000. 03/12/2008 - (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela admissibilidade desta e das PECs 579/2002, 156/2003, 257/2004, 275/2004, 319/2004, 37/2007 e 117/2007, apensadas. 10/7/2008 - (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela inadmissibilidade desta e das PECs apensadas. 31/1/2007- MESA - Arquivado nos termos do Artigo 105 do RI. Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto, pela inadmissibilidade desta, da PEC 579/02, da PEC 257/04, da PEC 275/04, e da PEC 319/04, apensadas.</p>
PEC 133/92	DEP. NICIAS RIBEIRO (PMDB-PA)	Acrescenta parágrafo ao artigo 231 da CF, dependendo de autorização previa do CN a demarcação das terras indígenas, após a aprovação da extensão e dos limites territoriais.	<p>18/10/1995- Plenário (Plen) -Publicação do parecer da CCJR e CESP. Pronto para a ordem do dia. 17/10/1995- aprovação do parecer favorável do relator da CESP, Dep. Salomão Cruz, com substitutivo, contra os votos dos Dep. Gilney Viana e outros.</p>
PEC 38/99	SEN. MOZARILDO CAVALCANTE (PDS-RR)	Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal.(Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas). Tramita em conjunto com as PECs nºs 86, de 2003; 03, de 2004; e 31, de 2005.	<p>13/06/2011 - SSCLSF - SUBSEC - Devolvido à SCLSF. 09/02/2011 - ATA-PLEN - Desarquivada 11/01/2011 - SSCLSF - SUBSEC - Arquivado nos termos do art. 332 do Regimento 16/09/2009 - Na sessão deliberativa de 15/09/2009, foi aprovado o Requerimento para despensar a PEC no.</p>

			<p>3/04. A matéria volta a ter tramitação autônoma, e já instruída, será incluída em Ordem do Dia oportunamente. À SCLSF.</p> <p>25/03/2009 CCJ: Pedido de vista concedido à Senadora Serys Slhessarenko e aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior.</p> <p>24/03/2009 CCJ – Relatório Senador Valter Pereira c/ voto pela aprovação da PEC nº 38/1999, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da PEC nº 3, de 2004.</p> <p>16/02/2005 - PLEN- Leitura do Parecer nº 20, de 2005-CCJ (em reexame), Relator Sen. Leomar Quintanilha, favorável à matéria com a apresentação das Emendas nº 5 a 8-CCJ.</p>
PEC 03/04	SEN. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB-MS)	Acrescenta ao art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena.	<p>15/02/2011 - SARQ – Processo arquivado</p> <p>06/04/10 – PLEN – Aguardando inclusão na ordem do dia.</p> <p>17/03/10- CCJ - Aprovado o parecer do sem. Valter Pereira favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro.</p>
PEC 188/07	DEP. MARCELO ITAGIBA (PMDB-RJ)	Altera o art. 33 da CF. Constitui como Território Federal, denominado de "Território Brasileiro Indígena" as áreas, contíguas ou não, tradicionalmente ocupadas pelos índios.	<p>31/01/2011 - MESA - Arquivada nos termos do Artigo 105</p> <p>01/04/2009 - CCJC - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Hugo Leal pela inadmissibilidade.</p> <p>2/4/2008 - CCJC - Designado Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ)</p>
PEC 161/07	DEP. CELSO MALDANER (PMDB-SC)	Altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da CF, e art. 68 do Ato das Disposições Transitórias. Estabelece que a criação de espaços territoriais a	<p>28/02/2011 - MESA – Pedido de desarquivamento desta proposição.</p> <p>18/11/2009 - CCP - À CCJC o Memorando nº 240/09 -</p>

		serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. Apensada a esta a PEC-291/2008.	COPER solicitando apensar a PEC 161/07 à de nº 215/00 03/06/2009 CCJC - Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Luiz Couto. 20/11/2008 – CCJC - Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO), pela admissibilidade desta e da PEC 291/2008, apensada. 5/6/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO), pela admissibilidade.
PEC 409/01	DEP. HUGO BIEHL (PPB-SC)	Modifica o § 6º do art. 231 da CF, preservando os direitos do pequeno produtor rural que ocupe terras indígenas e que detenha títulos havidos e benfeitorias erigidas em boa fé, através de competente registro. Apensadas as PECs 161/03 e 282/2008.	16/02/2011 - MESA - Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ 263/2011 31/01/2011 - MESA - Arquivada 13/8/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela admissibilidade desta, da PEC 161/2003 e da PEC 282/2008, apensadas. 8/11/2007- CCJC- Designada Relatora Dep. Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG). Já foi arquivada e desarquivada duas vezes. Tem parecer de 2002 apresentado pela inadmissibilidade na CCJC.
PL 5993/09	Félix Mendonça (DEM-BA)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Explicação: Estabelece condicionantes para a demarcação e homologação de terras indígenas.	16/02/2011 - MESA - Desarquivado. 31/01/2011 - MESA - Arquivado. 24/09/2009 - CCJC - Recebimento pela CCJC. 23/09/2009 - MESA - Apense-se à (ao) PL 490/2007. 08/09/2009 - PLEN - Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Félix Mendonça (DEM-BA).
<u>PL 4791/09</u>	DEP. IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS) ALDO REBELO (PCdoB-SP)	Submete ao Congresso Nacional a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Apensado à este o PL-4891/2009.15/9/2009 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Retirado o PL 4891/09, em face do deferimento do	31/01/2011 – MESA – Arquivado. 09/12/2010 – CCP - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional publicado 17/11/2010 - CREDN - Retirado de pauta pelo autor.

		requerimento REQ do Autor Dep. Roberto Magalhães, nos termos do artigo 104 c/c o inciso VII do art. 114, ambos do RICD.	<p>06/07/2010 – CREDN - Parecer do Relator, Dep. Urzeni Rocha (PSDB-RR), pela aprovação.</p> <p>16/12/2009 – CREDN - Retirado de pauta, de ofício.</p> <p>28/05/2009 – Designado Relator o Dep. Uzeni Rocha (PSDB/RR).</p> <p>8/4/2009 - CREDN - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>26/3/2009 – CREDN - Designado Relator, Dep. George Hilton (PP-MG)</p>
PLS 414/05	SEN. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)	Estabelece os limites perimetrais da Sede e das Vilas pertencentes ao Município de Uiramutã - RR, extremando-as de terras indígenas.	<p>02/02/2011 – SARQ – Processo arquivado.</p> <p>13/02/2008 - CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: matéria com o relator Senador Mozarildo Cavalcanti, relator da Matéria, para reexame, devido as informações prestadas pelo MJ, em atendimento ao requerimento sua de autoria.</p>
PLS 115/08	SEN. AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.	<p>01/02/2011 – SARQ – Processo arquivado 14/10/2008 - CMA - Ao Senador INÁCIO ARRUDA, para relatar.</p>
PL 2830/03	DEP. HAMILTON CASARA (PSB-RO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas que tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da CF e dá outras providências. Apenso: PL 3519/04	<p>01/09/2011 – CFT - Encerrado o prazo sem apresentação de emendas ao projeto.</p> <p>10/08/2011 – MESA – MESA Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD</p> <p>31/01/2011 – MESA – Arquivado.</p> <p>04/03/2010 – CFT - Devolvido ao Relator, Dep. Andre Vargas (PT-PR), para atualização da legislação orçamentária</p> <p>8/12/2009 -CFT - Parecer do relator, Dep. André Vargas (PT-PR), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.830/03, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo</p>

			pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.519/04, apensado 29/8/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Parecer do Relator, Dep. Edmilson Valentim (PC do B-RJ), pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 3519/2004, apensado.
PL 3764/08	DEP. ÂNGELA PORTELA (PT-RR)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Regula a indenização de benfeitorias a ocupantes de boa-fé em terras indígenas.	31/01/2011 – MESA – Arquivado. 19/5/2009 – CDHM - Designado Relator, Dep. Domingos Dutra (PT-MA) 15/04/2009 CAPADR – Aprovado por unanimidade Parecer do Relator, Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC), pela aprovação.
PL 173/99	DEP.MENDES RIBEIRO (PMDB-RS)	Dispõe sobre o procedimento de reserva de terras para comunidades indígenas que não estejam ocupando as terras que seriam de sua ocupação tradicional, e dá outras providências.	14/02/2011 – MESA – Desarquivado. 31/01/2011 – MESA – Arquivado. 28/5/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com emenda. Parecer favorável aprovado na CDC. Parecer do relator aprovado na CFT, no mérito, pela aprovação, com emenda. Parecer favorável apresentado na CCJC.
PLS 188/04	SENADO CE Externa - "Terras Indígenas"	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências.	02/02/2011 - SARQ - Processo arquivado. 11/02/2008 - CCJ - Redistribuído ao Senador Eduardo Suplicy para emitir parecer.
PL 490/07	DEP. HOMERO PEREIRA (PR-MT)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis. Apensados: PL-1218/2007, PL-2302/2007, PL-2311/2007. Apensado o PL 5993/09 (23/09). PL 2.479/2011	16/02/2011 - MESA - Desarquivado 31/01/2011 - MESA - Arquivado 04/03/2010 - CCJC - Designado Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS) 05/08/2009 – CDHM - aprovado o parecer rejeitando. Pareceres divergentes.

			<p>4/8/2008 – CDHM - Designada Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES)</p> <p>/7/2008 - CAPADR --Aprovado o parecer pela aprovação do Dep. Waldir Neves, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro.</p> <p>27/8/2007 (CDHM) - Parecer apresentado da Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES), pela rejeição deste, e do PL 1218/07, apensado (CAPADR, CDHM e CCJC)</p>
PLS 177/04	SEN. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)	Autoriza a União a emitir Títulos da Dívida Fundiária Indígena, a serem utilizados para o pagamento de desapropriação de terras contíguas a áreas indígenas imemoriais e benfeitorias nelas existentes, com o fim de solucionar ou evitar conflitos entre índios e demais grupos étnicos locais.	<p>03/02/2011 – SARQ – Processo arquivado</p> <p>08/10/2009- CCJ - Redistribuído à Senadora Kátia Abreu, para emitir relatório.</p> <p>11/12/2007- CCJ - Recebido nesta comissão. Matéria pronta para a Pauta na Comissão com o voto, do Senador Leomar Quintanilha, pela rejeição do Projeto. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais. Tem parecer da CCJC, não apreciado, pela rejeição o PLS, de 2005.</p>
PL 2002/03	DEP. RICARTE DE FREITAS (PTB-MT)	Dispõe sobre exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências. Apensado: PL-7315/2006	<p>31/01/2011 - MESA -Arquivado</p> <p>26/8/2009 – CCP - À CFT o projeto reconstituído com os PL's nºs 2.225/07 e 2.002/03.</p> <p>28/3/2007 - MESA - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RI. Tem pareceres divergentes da CDHM, rejeitando o Projeto (2005) e da CAPDR aprovando (2004).</p>
PFC 55/08	DEP. WALDIR NEVES (PSDB-MS)	Propõe que a CAPADR, fiscalize e acompanhe todas as ações da FUNAI, no tocante a elaboração dos laudos antropológicos, pesquisas e estudos vinculados aos processos de demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive Portarias	<p>31/01/2011 – MESA - Arquivada</p> <p>11/11/2008 - CAPADR - Designado Relator, Dep. Pedro Chaves (PMDB-GO)</p>

		FUNAI nos 788, 789,790 ,791, 792 e 793, publicadas no DOU no dia 10 de julho de 2008.	
PDC 62/11	DEP. NERI GELLER (PP-MT)	Susta o processo nº 08620.0073/2010 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, do Ministério da Justiça, que cria homologa a demarcação de terra indígena Apiaká do Pontal e Isolados.	07/06/2011 – CDHM - Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF) 18/05/2011 - CDHM - Recebimento pela CDHM. 03/05/2011 - PLEN - Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo n. 62/2011, pelo Deputado Neri Geller (PP-MT)".
PDC 1565/09	DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	Susta os efeitos da Portaria nº 175, de 20 de fevereiro de 2009, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que constitui grupo técnico para realizar os trabalhos de levantamento fundiário e avaliação de benfeitorias das ocupações de terceiros na Terra Indígena Guarani do Araçá'i, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina.	04-04-2011 - CDHM - Designado Relator, Dep. Domingos Dutra (PT-MA) 14-03-2011 - MESA - Desarquivado 31-01-2011 - MESA - Arquivado nos termos do Artigo 105 15-04-2010 - CDHM - Recebimento pela CDHM. 29-5-2009 - CAPADR - Designado Relator, Dep. Leandro Vilela (PMDB-GO).
PDC 1323/08	DEP. HOMERO PEREIRA (PR-MT)	Susta a Portaria nº 1.429, de 4 de agosto de 2008, do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, que declara de posse permanente do grupo indígena Manoki a Terra Indígena Manoki, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.	01-11-2011 – CCJ - 05-10-2011 – CDHM - Aprovado por Unanimidade o Parecer., pela rejeição do PL. 04-04-2011 - CDHM - Designado Relator, Dep. Edson Santos (PT-RJ) 16-02-2011 - MESA - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD 31-01-2011 - MESA - Arquivado. 18-11-2009 - CAPADR - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Assis do Couto, apresentou voto em separado o Deputado Assis do Couto. 29-05-2009 CAPADR – Designada Relatora, Dep. Luciana Costa (PR-SP) 17-12-2008 - MESA - Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

			Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.
PDC 1346/08	DEP. HOMERO PEREIRA (PR-MT)	Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Sustação, Decreto Federal, regulamentação, processo, demarcação, terras indígenas	15-03-2011 - CCJC - Recebimento pela CCJC. 16-02-2011 – MESA - Desarquivado 31-01-2011 - MESA - Arquivado 25-11-2009 – CDHM - Parecer do Relator, Dep. Luiz Alberto (PT-BA), pela rejeição. 03-06-2009 – CAPADR - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles e Anselmo de Jesus. 15-04-2009 – CAPADR - Parecer do Relator, Dep. Moises Avelino (PMDB-TO), pela aprovação. 28-1-2009 – MESA - Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Direitos Humanos e Minorias e CJC (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária
PDC 797/08	DEP. DAGOBERTO (PDT-MS)	Susta as Portarias da FUNAI, de N°s 788, 789, 790, 791, 792, e 793, de 10 de julho de 2008, que criam grupos técnicos para identificar terras indígenas Guarani no MS. Apensado o PDC 858-08	31-01-2011 - MESA - Arquivado nos termos do Artigo 105 24-06-2009 - CDHM - Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela rejeição deste, e do PDC 858-2008, apensado. 01-04-2009 – CAPADR - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles e Beto Faro, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro. 10-3-2009 – CAPADR - Parecer do Relator, Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), pela aprovação deste e do PDC 858-2008, apensado.
PDC 480/08	DEP. VALDIR	Susta os efeitos da Portaria nº 1.128 de 13 de agosto	14-09-2011 – CCJC - Apresentação do Parecer do

	COLATTO (PMDB-SC)	de 2003, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da Terra Indígena Ibirama La-Klanô ou Duque de Caxias, nos Municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina.	Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Luiz Couto (PT-PB) pela inconstitucionalidade. 03-08-2011 - CDHM - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 16-12-2009-CDHM- Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela rejeição. 07-05-2009 CDHM – Designado Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) 08-07-2008 – CAPDR - Aprovado por Unanimidade o Parecer do Dep. Abelardo Lupion (DEM-PR) pela aprovação.
PDC 510/08	DEP. HOMERO PEREIRA (PR-MT)	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 11 de dezembro de 1998, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maraiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.	15-06-2011 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Sibá Machado (PT-AC), pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição. 24-05-2011 - CCJC - Designado Relator, Dep. Sibá Machado (PT-AC) 15-03-2011 - CCJC - Recebimento pela CCJC. 4-11-2009 -CDHM - Aprovado por Unanimidade o Parecer Relatora, Dep. Janete Capiberibe (PSB-AP), pela rejeição do PDC. 15-4-2009 - CAPADR - Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Anselmo de Jesus. 15-4-2009 -CAPADR -Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Paulo Piau (PMDB-MG), pela aprovação.
PDC 393/07	DEP. ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da T.I. Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.	14-09-2011 – CCJC - Apresentação do Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inconstitucionalidade. 03-08-2011 – CDHM - Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela rejeição. 5-11-2008 - CDHM - Designado Relator, Dep. Paulo

			<p>Henrique Lustosa (PMDB-CE) 9-6-2008- CDHM - Designado Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) 26-3-2008 CAPADR - Aprovado o Parecer Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA) pela admissibilidade, contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Anselmo de Jesus, Vignatti, Fernando Melo e Beto Faro.</p>
PDC 70/07	DEP. WALDIR NEVES (PSDB-MS)	Susta a aplicação da Portaria nº 791, de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, que declara de posse permanente dos índios Terena a "Terra Indígena Cachoeirinha", localizada nos Municípios de Aquidauana e Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul.	<p>31-01-2011 - MESA - Arquivado. 4-8-2008 – CDHM - Designada Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES) 2-7-2008- CDHM - Recebimento pela CDHM. 25-6-2008 - CAPADR- Aprovado o Parecer do Dep. Paulo Piau (PMDB-MG), pela aprovação, contra os votos dos Deputados Anselmo de Jesus e Beto Faro. Apresentaram votos em separado os Deputados Beto Faro e Valdir Colatto. 20-12-2007 - MESA- Às CAPADR; CDHM e CCJC (Mérito e Art. 54, RI). Tem parecer da CDHM pela rejeição apresentado.</p>
PDC 50/07	DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	Susta os efeitos da Portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do MJ, que homologa a demarcação da área d Guarani de Araça'y, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Nhandéva-Chiripá.	<p>14-03-2011 - MESA - Desarquivado 31-01-2011 – MESA - Arquivado 7-7-2009 – CCJC - Designado Relator, Dep. Flávio Dino (PC do B-MA) 24-06-2009 CDHM – Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Pastor Manoel Ferreira, também pela rejeição do PDC 10-03-2009 CDHM – Aprovação de Parecer do Dep. Pedro Wilson (PT-GO) pela rejeição. 7-12-2007 - CDHM- Designado Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO). Tem parecer favorável aprovado na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT-PA.</p>

PDC 49/07	DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	Susta os efeitos da Portaria nº 795, de 19 de abril de 2007, do MJ, que amplia os limites da TI Toldo Pinhal, localizada nos Municípios de Seara, Paial e Arvoredo, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	14-03-2011 – MESA – Desarquivado. 31-01-2011 – MESA – Arquivado. 04-05-2009 CCJC – Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inconstitucionalidade deste, prejudicados os demais aspectos a serem analisados por esta Comissão 11-03-2009 CDHM Aprovado por unanimidade o parecer do Relator pela rejeição Dep. Pedro Wilson (PT-GO). Tem parecer favorável aprovado na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT-PA.
PDC 48/07	DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	Susta os efeitos da Portaria nº 793, de 19 de abril de 2007, do MJ, de demarcação da TI Toldo Imbu, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	14-03-2011 – MESA – Desarquivado. 31-01-2011 – MESA – Arquivado. 04-05-2009 CCJC – Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inconstitucionalidade deste, prejudicados os demais aspectos a serem analisados por esta Comissão 11-03-2009 CDHM Aprovado por unanimidade o parecer do Relator pela rejeição. Dep. Pedro Wilson (PT-GO). 11-12-2007- CDHM -Devolvido ao Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO) Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela rejeição. Tem voto em separado Dep. Anselmo de Jesus na CAPADR.
PDC 47/07	DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC)	Susta os efeitos da Portaria nº 792, de 19 de abril de 2007, do MJ, que amplia os limites da Terra Indígena Xaçepó - Glebas A e B, localizada nos Municípios de Abelardo Luz e Ipuaçú, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	15-03-2011 – CCJC - Devolvida sem Manifestação. 08-04-2009 CCJC – Designado Relator, Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC) 19-11-2008 - CDHM - Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela rejeição. 22-07-2008 - - Tem parecer aprovado pela aprovação do Dep. Moacir Micheletto (PMDB-PR) na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT-PA. Falta parecer da

			CDHM. (CAPADR, CDHM E CCJC)
PDC 1621/05	DEP. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR)	Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da TI Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Apensados PDC 1622-05, PDC 1623-05, PDC 1624-05, PDC 1625-05, PDC 1626-05, PDC 1631-05, PDC 1652-05. Dos 8 dep. federais de RR. Tem parecer do Jefferson Peres e do Tião Viana no PDS 106-99 pela rejeição.	31-01-2011 – MESA - Arquivado 26-6-2008 -CCJC - Prazo de Vista Encerrado 10-6-2008 - CCJC - Aprovado por unanimidade requerimento de Retirada de pauta apresentado pelo Deputado José Genoíno. 21-5-2008 - CCJC - Apresentado parecer do Relator, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PDC 1622-2005, do PDC 1623-2005, do PDC 1624-2005, do PDC 1625-2005, do PDC 1626-2005, do PDC 1631-2005 e do PDC 1652-2005, apensados. Foi arquivado em 01-07 e desarquivado em 03-07 a pedido da Dep. Maria Helena de RR.
PL 5265/09	DEP. UBIALI (PSB-SP)	Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas e dá outras providências. Explicação: Cria o Fundo de Preservação da Cultura Indígena, para destinar percentual a título de participação nos resultados da exploração. Apensado ao PL 1610-96	17-02-2011 – MESA - Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-370-2011 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s) 21-05-2009 – PLEN - Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Dr. Ubiali (PSB-SP)
PEC 98/95	DEP. JÚLIO REDECKER (PPB-RS)	Altera o parágrafo 3º e acrescenta novo parágrafo ao artigo 176 da CF, determinando que o poder público está dispensado de autorização ou concessão da união para a pesquisa e exploração de recursos minerais desde que para uso imediato na construção civil de obras públicas.	31-01-2011 - MESA - Encerrada a Comissão Especial em razão do término da Legislatura (inciso II do art. 22 RICD) Arquivada 30-03-2009 PLEN – Cria Comissão Especial. 12-4-2007 - MESA - Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD. Tem parecer pela admissibilidade aprovado pela CCJC.
PL 1610/96	SEN. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR)	Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da	31-10-2011 – PLEN – Instalada a CE Padre Tom (PT-RO) Presidente e Édio Lopes (PMDB-RR) Relator. 15-06-2011 – PLEN - Ato da Presidência : Cria

		CF. Apensado: PL-7099-06, PL-7301-2006, PL-5265-2009 .	<p>Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.</p> <p>11-05-2011 – PLEN - Apresentação do Requerimento n. 1720-2011, pelo Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que: "Requer a constituição de Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, que "Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal""</p> <p>31-01-2011 - MESA - Encerrada a Comissão Especial em razão do término da Legislatura (inciso II do art. 22 RICD)</p> <p>13-04-2010 - Adiada a discussão por acordo do Colegiado</p> <p>04-06-2009 Apense-se a este o PL-5265-2009.</p> <p>02-6-2009 - Apresentação do Voto em Separado pelo Dep. João Almeida.</p> <p>2-12-2008- CE - Adiada a discussão, por cinco sessões, a requerimento do Deputado Márcio Junqueira e outros.</p> <p>5-11-2008 - CE-Apresentação do Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, PES 1 PL161096, pelo Dep. Eduardo Valverde</p> <p>17-7-2008 - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Foram apresentadas 136 emendas ao substitutivo.</p>
PL 4916/90	SEN. SEVERO GOMES (PMDB-SP)	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências. Este tramita em apenso ao 2057-91 . 7 Apensados a ele: PL. 1561-89 (tem 6 apensados: PL.1700-89, PL 1826-89, PL 2160-89, PL 2193-89, PL 2935-89, PL 4563-89), PL 5742-90, PL. 5764-90, PL. 222-91, PL. 692-91, PL.738-91 e PL. 3061-92.	<p>09-02-2007 - SARQ - Processo arquivado</p> <p>29-11-1994 - .(desmembramento: aprovação deste, apenso ao principal PL.2057-91, aprovado, e dos seus apensos PL. 1561-89, apensos a este os PL. 1700-89, PL. 1826-89, PL. 2160-89, PL. 2193-89, PL. 2935-89, PL. 4563-89, PL. 5742-90, PL. 5764-90, PL. 222-91, PL.</p>

			692-91 (apensos do 4916-90) PL. 738-91 E PL. 3061-92.
PLS 605/07	SEN. AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)	Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. CAS - Comissão de Assuntos Sociais. Relatora: Fátima Cleide	25-04-2011 - CMA – Matéria com o relator Jorge Viana. 14-10-2008 - CMA - À Senadora MARINA SILVA, para relatar. 27-05-2008 - PLEN - Leitura do Requerimento seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 18-10-2007 -PLEN - Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.
PDC 2766/2010	ANA ARRAES (PSB-PE)	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de PESQUEIRA- PE, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	29-06-2011 - CMADS - Parecer do Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), pela rejeição 15-02-2011 - MESA - Desarquivado.
PDC 2765/2010	ANA ARRAES (PSB-PE)	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de Águas Belas- PE , no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	29-06-2011 - CMADS - Parecer do Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), pela rejeição. 15-02-2011 - MESA – Desarquivado.
PDS 200/07	SEN. AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima.	21-11-2011 – CMA - Projeto devolvido pelo Relator, Senador Valdir Raupp, com Relatório pela rejeição desta Matéria. 14-04-2011 - CMA – Matéria com o relator Sen. VITAL DO RÊGO, para reexame. 13-04-2010 – CMA – Sen. Amaral para reexame. 07-04-2010 - CMA – Senador Delcídio Amaral relatou pela aprovação com subemenda.

			<p>18-11-2009 - CAS – Aprovado o Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>11-07-2009 - CCJ – Aprovado o Relatório do Senador Antônio Carlos Jr. Voto em separado da Senadora Marina Silva.</p> <p>01-04-2008 - CCJ - Recebido o relatório do Senador Flexa Ribeiro com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto com a Emenda que apresenta.</p> <p>14-06-2007 - PLEN - Às CCJC; CAS, CDMAN e CFT.</p>
PDS 232/04	SEN. JONAS PINHEIRO	Autoriza, nos termos do § 3o do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio Juruena, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.	<p>11-03-2011 - SARQ - Processo arquivado.</p> <p>12-07-2010 – CCJ - Recebido o Relatório do Senador Marconi Perillo, com voto favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.</p> <p>10-03-2010 - CCJC – Distribuído ao Sen. Marconi Perillo, para emitir parecer.</p> <p>02-03-2010 - CRA – Em Reunião realizada nesta data, a Comissão aprovou o relatório da Sen. Marisa Serrano, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 - CRA.</p>
PDS 233/04	SEN. JONAS PINHEIRO	Autoriza, nos termos do § 3o do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. Apensado o PDS no 122, de 1999.	<p>14-03-2011 - SARQ - Processo arquivado</p> <p>05-07-2010 - CCJ - Distribuído ao Senador Romero Jucá, para emitir relatório.</p> <p>08-06-2010 - CRA - Aprovado o relatório do Senador Valter Pereira pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2004, e pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, com as Emendas nºs 1-CRA a 7-CRA. À CJC. O PDS vai ser analisado ainda pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Sociais.</p>

PDS 201/07	SEN. AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.	<p>13-06-2011 - CAS - O Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, designa o Senador Armando Monteiro Relator da matéria.</p> <p>17-11-2010 - CCJ - A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.</p> <p>09-07-2009 - CCJ – Pronto para entrar na Pauta Relatório do Senador Almeida Lima pela rejeição do PDS.</p> <p>14-06-2007 - PLEN - Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.</p>
PDC 2540/06	SEN.MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR)	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.	<p>01-08-2011 – CCJC - Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Luiz Couto (PT-PB) pela inconstitucionalidade deste</p> <p>01-12-2010 - CMADS- Aprovado Parecer do Relator, Dep. Marcio Junqueira (DEM-RR) pela aprovação do PDC. Voto Dep. Sarney Filho em separado.</p> <p>4-3-2010 - CAINDR Apresentação do REQ da CAINDR, pelo Dep. Marcio Junqueira, que "requer a realização de Audiência, Pública, convocando o Senhor Rômulo José Fernandes Barreto Mello - Presidente do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, a Senhora Luciana Surita da Motta Macedo - Presidente da FEMACT - Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia do Estado de Roraima, do Senhor Laerth Macellaro Thomé - Presidente da Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Serra da Lua no Estado de Roraima e de um Procurador do Estado de Roraima-RR, para discutir a criação do Parque Nacional do Lavrado no Estado de Roraima."</p>

			3-7-2008 - CMADS - Devolvido ao Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG), para alteração de seu parecer, pela aprovação. Tem parecer favorável aprovado da CAINDR. Tem que passar pelas CME e CCJC ainda.
PDC 381/99	DEP. JOSÉ BORBA (PTB-PR)	Dispõe sobre a Autorização do Uso de T.I.s na Região de São Jerônimo da Serra, no Rio Tibagi, de acordo com o art. 231, § 3º da CF, dispondo que o grupo indígena Kaingang terá direito a um por cento do valor a ser distribuído a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório da usina hidrelétrica de São Jerônimo.	21-9-2007 – PLEN - Requerimento do Deputado José Otávio Germano (Pres. Da Comissão de Minas e Energia) que solicita a inclusão na pautado Plenário do Projeto de Decreto Legislativo 381-1999 e do Projeto de Lei 2430-2000.
PLP 273/08	DEP. WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT)	Declara as rodovias, ferrovias e hidrovias localizadas em terras indígenas como áreas de relevante interesse público da União.	25-05-2011 – MESA - Desarquivado 31-01-2011 - MESA - Arquivado 16-12-2009 -CDHM- Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela rejeição. 17-6-2009 – CVT - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Apresentação do Relator, Dep. Carlos Santana (PT-RJ) .
PLS 69/04	SEN. AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)	Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal. Tramitou CCJ e CRE. Não pode outra Comissão pedir que seja ouvida também.	07-04-2011 - SSCLSF – SUBSEC - Aguardando inclusão em Ordem do Dia 05-04-2011 – ATA – PLEN - Desarquivada 24-05-2010 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia. 06-05-2010 - CREDF – Aprovado o Relatório do Sen. Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda no 1. 03-03-2010 - CCJ - Aprovado o parecer pela aprovação com emenda. 11-08-2009 - CCJ – Realizada a audiência pública Cel Marinho e Marcio Meira e Rosane Matos participaram. 08-07-2009 - CCJ – aprovado Req. da Sen. Marina Silva para realização de Audiência Pública para instruir a

			<p>matéria.</p> <p>12-05-2009 – CCJ - Relatório do Senador Neuto de Conto, com voto pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. Parecer cita decisão do STF sobre RSS.</p> <p>06-02-2008 - CCJ - Relatório reformulado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que conclui pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.</p>
PLP 260/90	SEN. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO)	Define a hipótese de "relevante interesse público da União", para os fins previstos no artigo 231, parágrafo 6º, da CF.	<p>09-11-2010 – CCJ - Parecer do Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste .</p> <p>13-08-2010 - CCJC - Devolvido ao Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP), para reexame.</p> <p>27-04-2010 – CCJC - Parecer do Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas da Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional</p> <p>17-3-2010 – CCJC - Designado Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP)</p> <p>26-11-2006 -CREDN- Aprovado Parecer do Relator, Dep. Alceste Almeida (PTB-RR), com emendas e pela rejeição do Substitutivo 1 da CDCMAM (Substitutivo da Dep. Raquel Capiberipe)</p>
PL 73/99	DEP. NICE LOBÃO (PSD-MA)	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Apensados: PL 373-03 (PL 2923-04), PL 615-03, PL 3627-04, PL 14-07, PL 1330-07, PL 1736-07.	<p>25-11-2008 - MESA-Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 678-08-PS-GSE.</p> <p>20-11-2008 -MESA- Desapensação automática dos Projetos de Lei de nºs. 73-99, 373-03, 615-03, 3.627-04, 14-07, 1.330-07 e 1.736-07, apensados, em face da declaração de prejudicialidades dos mesmos, decorrente da aprovação, em Plenário, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura (PL 73-99).</p>

			20-11-2008- PLEN -Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)
PDC 2393/2010	LUIZ CARLOS HAULY (PSDB –PR)	Susta os efeitos do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que "Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências." Apensado o PDC 2395-2010 e o PDC-2603-2010	07-06-2011 - CDHM - Designado Relator, Dep. Edson Santos (PT-RJ) 12-05-2011 - CDHM - Recebimento pela CDHM, com as proposições PDC-2395-2010, PDC-2603-2010 apensadas. 5-4-2010 - CTASP - Designado Relator, Dep. Roberto Santiago (PV-SP) 11-05-2011 - Aprovado o parecer pela sustação do Decreto. Encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos e Minoria. Depois de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.
PL 5611/09	DEP. WALDIR NEVES (PSDB-MS)	Altera o inciso I do art. 9º da Lei nº 6.001, de 19 de dez. de 1973. Reduz para dezoito anos a idade para que o índio possa dispensar o regime tutelar prestado pela União Federal, investindo-se na plenitude da capacidade civil.	31-01-2011 – MESA - Arquivado 10-3-2010 - CDHM - Designado Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB) 16-9-2009 - CDHM - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
PLS 216/08	SEN. LOBÃO FILHO	Altera o art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para estabelecer critérios de imputabilidade de índios.	03-03-2011 – CDH - O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa a Senadora Marinor Brito relatora da matéria. Ao gabinete da Senadora Marinor Brito. 10-06-2008 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria distribuída ao gabinete da Senadora Fátima Cleide para proferir o seu relatório.
PL 1057/07	DEP. HENRIQUE AFONSO (PT-AC)	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais. Projeto de Lei conhecido como "Lei Muwaji", em homenagem a uma mãe da tribo dos	29-06-2011 - CCJC - Recebimento pela CCJC. 01-06-2011 - CDHM - Aprovado unanimemente o Parecer, com alteração no substitutivo. 17-05-2011 - CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação.

		<p>suruwahas, que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida da filha, que seria morta por ter nascido deficiente.</p>	<p>19-11-2009 - CCP - À CDHM cópia do Ofício 1343-09 - SE-CNS-GM-MS 4-12-2008 - CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação, na forma do substitutivo anexo. 7-7-2008 - CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo que propõe medidas educativas ao invés de criminalizantes. Houve audiência pública em 09-07. Tem parecer antropológico da Dra. Rita Segato.</p>
--	--	---	--